



~~CONSIDERANDO~~ recentes notícias na mídia local e nacional da prisão do Sr. ~~Elton Felix Gobi Lira, consultor de investimentos~~ contratado pelo RPPS mencionado em investigação da ~~Polícia Civil do Pará~~ que o apontou como responsável por fraudes em Fundos de Previdência no Pará que chegam a mais de ~~20 milhões de reais~~ e citam ainda o referido município.

RESOLVE:

Autorizar a realização de ~~INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA~~ e Instauração de ~~Tomada de Contas Especial no Instituto de Previdência do Município de Portel, nos exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre)~~, nos termos e condições da proposta.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 01 de agosto de 2017.

O presente Ato entra em vigor em 13 de agosto de 2017.

[i] Regime Próprio de Previdência Social

Protocolo: 11796

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 38/2017/TCM-PA

EMENTA: Inspeção Extraordinária do Instituto de Previdência de Muaná. Exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre).

O ~~Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará~~, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e,

~~CONSIDERANDO~~ que a ~~Inspeção~~ é um instrumento de fiscalização utilizado pelo ~~TCM-PA~~ para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade de Atos específicos praticados pelos agentes Públicos (gestores de ~~RPPS~~[i], Chefes do Poder Executivo e autoridades Administrativas), além da apuração da responsabilização por condutas comissivas ou omissivas danosas ao erário;

~~CONSIDERANDO~~ ainda que as Inspeções Extraordinárias são determinadas pelo Plenário, por proposição justificada de qualquer Conselheiro, limitada à apuração dos fatos dados como justificadores de sua efetivação, venho, nos termos do Inciso II do Art. 67 do RI/TCM-PA, apresentar "Proposta de deliberação" para realização de

~~INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA~~ nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS dos Municípios de Portel, nos termos e condições da proposta detalhada, anexa e integrante deste expediente;

~~CONSIDERANDO~~ recentes notícias na mídia local e nacional da prisão do Sr. ~~Elton Felix Gobi Lira, consultor de investimentos~~ contratado pelo RPPS mencionado em investigação da ~~Polícia Civil do Pará~~ que o apontou como responsável por fraudes em Fundos de Previdência no Pará que chegam a mais de ~~20 milhões de reais~~ e citam ainda o referido município.

RESOLVE:

Autorizar a realização de ~~INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA~~ e Instauração de ~~Tomada de Contas Especial no Instituto de Previdência do Município de Muaná, nos exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre)~~, nos termos e condições da proposta.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 01 de agosto de 2017.

O presente Ato entra em vigor em 13 de agosto de 2017.

[i] Regime Próprio de Previdência Social

Protocolo: 11797

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 39/2017/TCM-PA

EMENTA: Inspeção Extraordinária do Instituto de Previdência de Oeiras do Pará. Exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre).

O ~~Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará~~, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e,

~~CONSIDERANDO~~ que a ~~Inspeção~~ é um instrumento de fiscalização utilizado pelo ~~TCM-PA~~ para suprir omissões, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade de Atos específicos praticados pelos agentes Públicos (gestores de ~~RPPS~~[i], Chefes do Poder Executivo e autoridades Administrativas), além da apuração da responsabilização por condutas comissivas ou omissivas danosas ao erário;

~~CONSIDERANDO~~ ainda que as Inspeções Extraordinárias são determinadas pelo Plenário, por proposição justificada de qualquer Conselheiro, limitada à apuração



dos fatos dados como justificadores de sua efetivação, venho, nos termos do Inciso II do Art. 67 do RI/TCM-PA, apresentar "Proposta de deliberação" para realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** nos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS dos Municípios de Portel, nos termos e condições da proposta detalhada, anexa e integrante deste expediente;

CONSIDERANDO recentes notícias na mídia local e nacional da prisão do Sr. **Elton Felix Gobi Lira, consultor de investimentos** contratado pelo RPPS mencionado em investigação da **Polícia Civil do Pará** que o apontou como responsável por fraudes em Fundos de Previdência no Pará que chegam a mais de **20 milhões de reais** e citam ainda o referido município.

RESOLVE:

Autorizar a realização de **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA** e Instauração de **Tomada de Contas Especial** no **Instituto de Previdência do Município de Oeiras do Pará**, nos **exercícios de 2014 / 2015 / 2016 / 2017 (1º Quadrimestre)**, nos termos e condições da proposta.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 01 de agosto de 2017.

O presente Ato entra em vigor em 13 de agosto de 2017.

[i] Regime Próprio de Previdência Social

Protocolo: 11798

EDITAL DE CITAÇÃO

Nºs 5135/2017/5ª Controladoria TCM-PA
Publicações: 29/11, 04 e 11/12/2017

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5135/2017/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

CITAÇÃO

Processo: 034001.2015.1.000

Comunicação: 5417

O(A) Exmo(a). Conselheiro(a) Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento no art. 177, do Regimento Interno desta Corte (RITCM-PA), CITA o(a) Senhor(a) OSVALDO FREITAS PEREIRA, Prefeito da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI do município de INHANGAPI - PA, a

apresentar defesa às falhas discriminadas abaixo, apontadas no Relatório Técnico Inicial relativo ao exercício de 2015, que se encontra em anexo.

1. Descumprimento do art. 212 da CF/88;
2. Descumprimento do art. 20, III, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o limite de 54% de Despesa de Pessoal do Poder Executivo Municipal não foi observado;
3. Descumprimento do art. 19, inciso III, da LC 101/2000;
4. Descumprimento ao disposto no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela não consolidação dos dados da Casa Legislativa no Balanço Geral Consolidado da Prefeitura do município;
5. Descumprimento do art. 1º, §1º da LRF, conforme item 2.5.7.

Diante do exposto, fica estabelecido o prazo de 30 dia(s), contados da ciência desta, para a apresentação de defesa, exclusivamente através do Sistema Processual Eletrônico (SPE), independente da apuração de multa e repercussões previstas no RITCM-PA.

Emissão: 31/08/2017 17:30

Conselheiro(a) Sérgio Franco Dantas

Relator(a)

Protocolo: 11786

EDITAL DE CITAÇÃO

Nºs 5136/2017/5ª Controladoria TCM-PA
Publicações: 29/11, 04 e 11/12/2017

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5136/2017/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

CITAÇÃO

Processo: 034001.2015.2.000

Comunicação: 2516

O(A) Exmo(a). Conselheiro(a) Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento no art. 177, do Regimento Interno desta Corte (RITCM-PA), CITA o(a) Senhor(a) OSVALDO FREITAS PEREIRA, Prefeito da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI do município de INHANGAPI - PA, a apresentar defesa às falhas discriminadas abaixo, apontadas no Relatório Técnico Inicial relativo ao exercício de 2015, que se encontra em anexo.